

EUROFACTOR Portugal
O seu Parceiro
ao Serviço da Economia Real

Relatório e Contas 2013





Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2013

CONTEÚDO

- ❖ **Relatório do Conselho de Administração**
- ❖ **Balanço em 31 de dezembro de 2013**
- ❖ **Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013**
- ❖ **Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2013**
- ❖ **Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) em 31 de dezembro de 2013**
- ❖ **Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013**
- ❖ **Certificação Legal das Contas**
- ❖ **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Enquadramento macroeconómico nacional e internacional

Após um período deveras conturbado, caracterizado pelas consequências negativas da contração da atividade económica num contexto de correções de desequilíbrios macroeconómicos verificados ao longo dos últimos anos, começamos agora a ter os primeiros indícios de um início da recuperação, apesar de moderada, da atividade económica.

As informações mais recentes divulgadas pelo Banco de Portugal sublinham o papel fundamental que terá a progressiva recuperação da procura interna, em especial no que se refere ao consumo público e privado, sendo no entanto esta ainda condicionada pelo processo de consolidação orçamental, pela desalavancagem do sector privado e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

Os estudos atuais confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa. A partir do final de 2013 a economia registou taxas de variação homólogas do PIB positivas. Para 2014 e 2015 o crescimento da economia portuguesa tenderá já a aproximar-se dos valores projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial. O comportamento recente das exportações tem revelado a forte capacidade competitiva das empresas portuguesas para encontrar novos mercados.

Já em Janeiro de 2014 o Banco de Portugal apresentou projeções que apontam para uma recuperação do PIB em 2013 face a 2012, embora ainda em recessão, para níveis de -1,5%. Para 2014 e 2015 a continuidade da recuperação moderada da economia poderá permitir atingir níveis de crescimento do PIB de 0,8% e 1,3% respetivamente.

Por outro lado, o aumento do desemprego de longa duração tem ocorrido em simultâneo com um aumento do número de desencorajados e com uma redução da população ativa.

A queda muito expressiva da população ativa reflete ainda o comportamento dos atuais fluxos migratórios.

Os cenários atuais de previsão apontam para uma revisão em alta do crescimento do PIB e uma alteração da sua composição, traduzido agora pelo maior contributo da procura interna e por um menor contributo das exportações líquidas. Esta evolução reflete, sem dúvida, o impacto da incorporação da informação mais recente que aponta para um crescimento superior ao anteriormente projetado do consumo privado e das importações na segunda metade de 2013.

Taxas de variação em percentagem	2012(r)	2013(p)	2014(p)	2015(p)
PIB (tvh%)				
Área do euro	[-0,6;-0,4]	[-0,5; 0,3]	[0,4; 1,8]	[0,4; 2,6]
<i>Portugal</i>	<i>-3,2</i>	<i>-1,5</i>	<i>0,8</i>	<i>1,3</i>
Taxa de inflação (tvh%)				
Área do euro	[2,5;2,5]	[1,4;1,4]	[0,6;1,6]	[0,5;2,1]
<i>Portugal</i>	<i>2,5</i>	<i>0,5</i>	<i>0,8</i>	<i>1,2</i>

(r): Real; (p): *Projeção*.

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico - Inverno 2013)

A melhoria das perspetivas macroeconómicas evidencia o crescimento do PIB em 2014 e reflete os efeitos dinâmicos da revisão no segundo semestre de 2013, bem como o impacto da atualização das hipóteses de finanças públicas, a qual tem implicações quantitativamente menores do que o anteriormente assumido para a evolução do rendimento disponível e do consumo público.

O Mercado e a Concorrência

A contração dos mercados nacional e internacional num ambiente de tensão e o incremento de obstáculos ao nível operacional e fiscal teve, uma vez mais, uma repercussão negativa no Factoring em Portugal, traduzindo-se num decréscimo desta atividade em cerca de 3% face a 2012. Refira-se que já em 2012 se tinha registado uma quebra de cerca 17% relativamente ao ano anterior.

Saliente-se no entanto que face a outras fontes de financiamento alternativas, o produto de factoring apresenta maior resiliência à crise, dado ter associado além do respetivo financiamento, a componente de serviço de cobranças e ainda a garantia dos riscos de incobráveis complementadas por uma eficiente informação na gestão da conta clientes das empresas.

Por outro lado, as limitações evidentes no acesso ao crédito pela generalidade das empresas, quer pelo risco que apresentam, quer pelo encarecimento e escassez do financiamento, obrigou a uma gestão mais rigorosa dos clientes elegíveis para parceiros no negócio de factoring.

Em linha com a quebra da procura interna, o factoring doméstico teve uma variação negativa de 7,2%; com a mesma tendência negativa o factoring de importação registou uma queda de 6,8%. Por outro lado, o "Confirming e o Reverse" Factoring recuperaram já ligeiramente, 1,7% face a 2012. O destaque deveras positivo é sem dúvida o factoring de exportação que continua a registar um crescimento notável em cerca de 12% face ao ano transato.

Creditos Tomados (mil euros)	2012		2013		Var. % (13/12)
Doméstico (incluindo <i>confirming</i>)	20.547.916	90%	19.665.938	88%	-4,3%
Internacional (exportação e importação)	2.400.173	10%	2.636.553	12%	9,8%
	22.948.089	100%	22.302.491	100%	-2,8%

Fonte: Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting

O mercado do *factoring* em Portugal é desenvolvido por 14 instituições. Nas condições atuais de grande falta de liquidez nos mercados, a disponibilidade de *funding* e o respetivo preço e qualidade de serviço passaram, sem dúvida alguma, a ser os fatores decisivos na concorrência entre os vários operadores. No entanto, a dimensão e a rede de distribuição continuam a manter as suas vantagens comparativas, sendo que apenas 3 instituições absorveram cerca de 58% da quota de mercado em 2013.

O Produto Bruto Bancário (PBB = Total de Juros Ativos e Comissões de Factoring recebidos) em relação aos créditos tomados (CT), ou seja, a margem bruta do negócio do mercado, foi de 1,20% em 2013 e de 1,47% em 2012. Os proveitos brutos totais refletem assim um decréscimo de 21% face a uma contração da atividade de 3%.

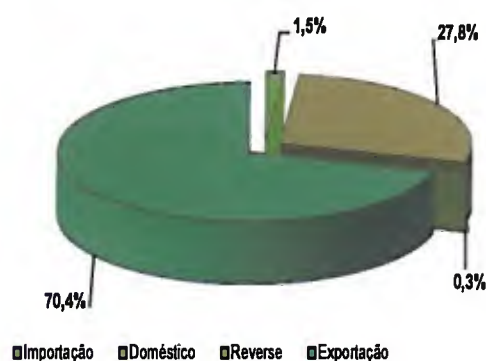
Para 2014 e já com uma perspetiva de alguma retoma na atividade económica e sendo o *factoring* uma fonte de financiamento muito próxima dos fluxos de capital circulante das empresas, tanto a montante como a jusante do ciclo produtivo, será possível uma previsão já de algum crescimento também nesta atividade.

Atividade e evolução da EUROFACTOR Portugal, S.A.

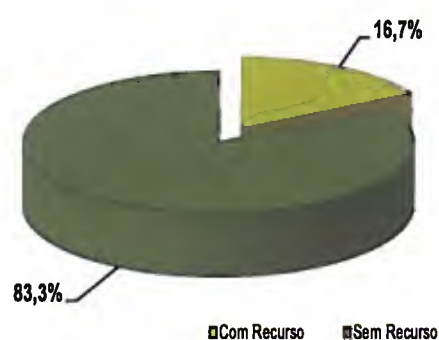
Mais uma vez, em contraste com a evolução negativa do sector, a EUROFACTOR teve em 2013 um crescimento muito importante da sua faturação tomada de 31%, enquanto o sector caiu cerca de 3%, melhorando assim significativamente a sua quota de mercado passando de 5,1% em 2012 para 6,9% em 2013.

A EUROFACTOR Portugal, líder histórica no produto de Factoring de Exportação vê confirmada e reforçada a sua posição neste segmento, detendo em 2013 uma quota de aproximadamente 46%. Também aqui a EUROFACTOR apresenta uma excelente evolução com um crescimento de 41% face a 2012.

**Créditos Tomados em 2013
por Produto**



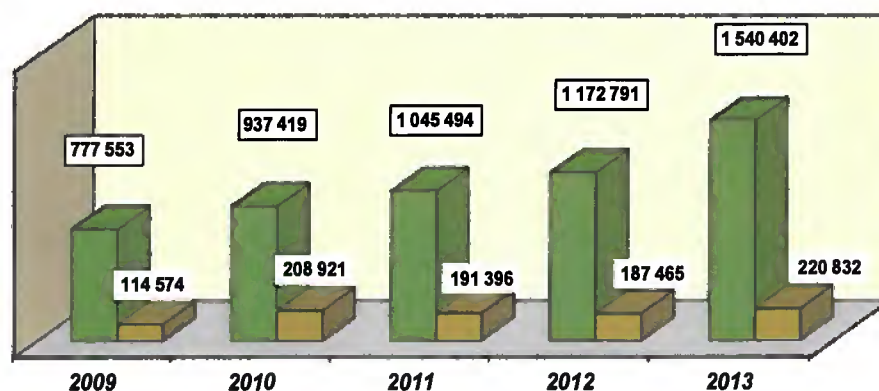
**Créditos Tomados em 2013
por Tipo de Contrato**



O factoring de exportação da EUROFACTOR é, sem margem para dúvidas uma referência em Portugal, tornando-a num parceiro ao serviço da economia real e apoiando claramente as empresas nas suas exportações.

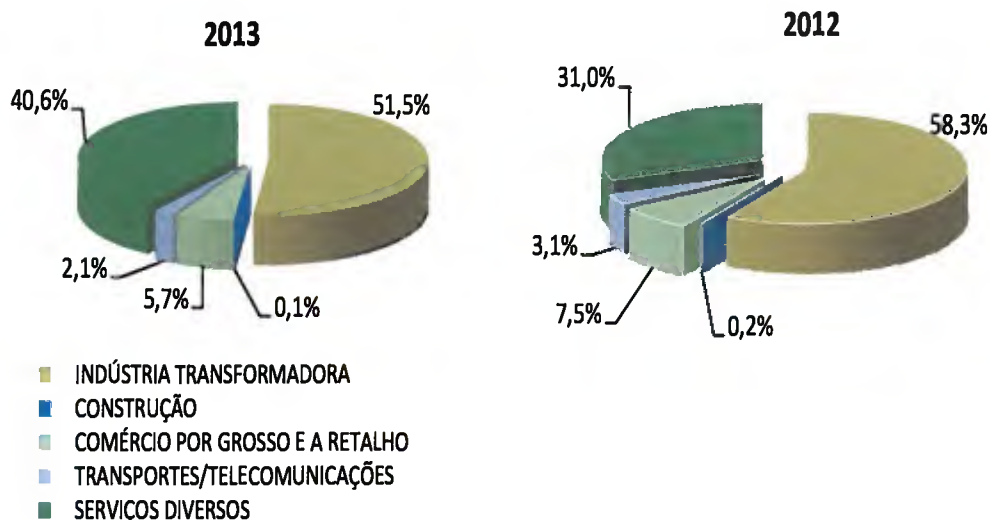
A evolução dos créditos tomados nos últimos 5 anos, a que corresponde um crescimento médio de 14,65%, foi a seguinte:

■ Volume de Créditos Tomados ■ Carteira de Créditos Tomados (saído)



(Valores em Milhares de Euros)

Em termos de repartição do negócio por sectores de atividade, a EUROFACTOR registou uma ligeira alteração na estrutura dos seus clientes ficando assim distribuídos conforme se pode observar no gráfico seguinte:



A margem do “produto líquido bancário” sobre os “créditos tomados” manteve-se nos 0,6% em 2013, tal como em 2012, em consequência de uma atitude constante de grande competitividade da Eurofactor Portugal no mercado de factoring.

No decorrer do ano de 2013 a estrutura em meios humanos, registou um aumento no quadro de pessoal de 30 para 31 pessoas, com vista a reforçar a capacidade e qualidade de serviço na área comercial.

No ano, foram realizados investimentos num total de 46 mil euros (2012: 32 mil euros), sobretudo relativos equipamentos diversos e software, com destaque em obras de melhoramento e mobiliário do escritório da sede em Lisboa.

Relativamente a ações de formação, o Grupo proporcionou ao longo do ano encontros especializados nas diversas áreas onde foi possível a troca de experiências com vista à uniformização de processos e melhoria da qualidade dos serviços.

Quanto à atividade da EUROFACTOR, no âmbito do controlo e gestão de riscos, é efetuada a remissão para as notas do anexo ao Balanço números 3-v), 3-w) e 3-x), onde são identificados os riscos associados à atividade, sua natureza e extensão.

No que respeita à normalização da atividade pelo Banco de Portugal, não se verificaram alterações substanciais no que respeita ao factoring e à atividade bancária em geral.

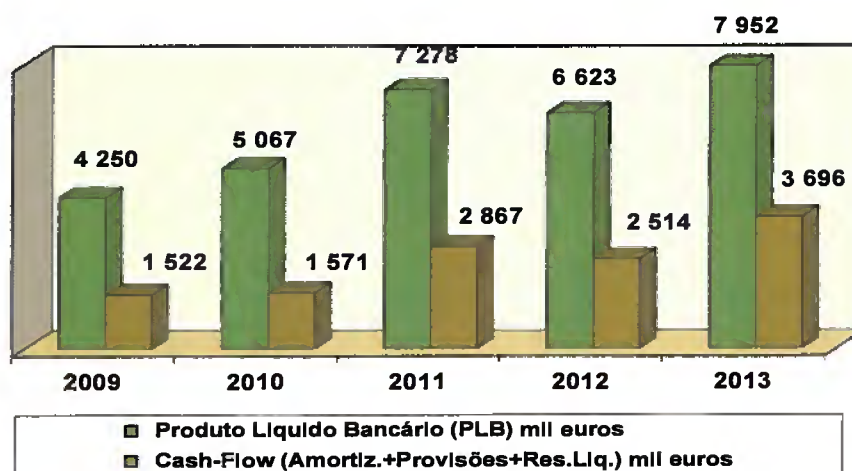
Finalmente cumpre-nos informar que não se registaram factos relevantes após o termo do exercício, nem situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Situação Económica e Financeira

A estrutura económica e financeira da Sociedade refletiu uma melhora significativa em 2013, não só pelo excelente resultado líquido alcançado mas também pelo aumento do seu capital social realizado no decorrer do exercício, atingindo um rácio de solvabilidade enquadrado nas normas do Banco de Portugal.

Num contexto de crise e recessão da economia, o Produto Líquido Bancário (PLB) do exercício de 2013 registou um crescimento de 24% face a 2012, justificado na sua totalidade pelo incremento da atividade comercial e pela boa performance da empresa junto dos seus Clientes.

O *Cash-Flow* de 2013 registou um aumento significativo de 47%, face a 2012 e, conseqüentemente, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) no exercício foi de 15% contra os 12% do ano anterior, melhorando nível de rentabilidade dos capitais próprios.



O exercício de 2013 encerrou com um resultado líquido positivo de 3.257 mil euros (2012: resultado líquido positivo de 1.965 mil euros), isto é, um crescimento de 65,77% face a 2012.

A evolução do resultado operacional no período de 2009 a 2013, à exceção de 2012, teve um forte crescimento, com destaque para o ano de 2011, com um crescimento de 88% face a 2010:

	2009	2010	2011	2012	2013
Resultados Operacionais (mil euros)	1678	1984	3736	3276	5003
Variação anual (%)	9%	18%	88%	-12%	53%

A produtividade dos meios de produção utilizados (humanos, técnicos e financeiros) expressa pelo coeficiente de exploração ((Total de Custos Operativos)/(Produto Líquido Bancário)) melhorou substancialmente passando de 0,43% para 0,30% entre 2012 e 2013, influenciando

positivamente os resultados operacionais alcançados assim como a eficiência dos meios utilizados.

Perspetivas para 2014 e 2015

As projeções do Banco de Portugal para os próximos dois anos apontam para uma recuperação moderada da atividade para 2014 e 2015, após a contração verificada no período de 2011 a 2013, estimando um crescimento de 0,8% da atividade económica para 2014.

Este ritmo de crescimento continuará moderado, aumentando ligeiramente apenas em finais de 2014 permitindo atingir um aumento da atividade económica de 1,3% em 2015.

A retoma da atividade económica deverá ser sustentada pela procura interna, que beneficiará do aumento da confiança num contexto de redução da incerteza, assim como de um aumento do rendimento real disponível via redução do preço das matérias-primas. Ao longo do horizonte de previsão, espera-se ainda uma maior facilidade no acesso ao crédito.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

Considerando a recuperação moderada perspetivada para a economia, a EUROFACTOR Portugal considerou prudencialmente nos seus instrumentos previsionais de gestão para 2014, um crescimento da sua atividade e resultados, apesar da continuada política de reforço da margem e contenção dos seus custos gerais.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Propomos que o resultado positivo de € 3.256.929,97 (Três Milhões Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Novecentos e Vinte e Nove Euros e Noventa e Sete Cêntimos), apurado no exercício de 2013, seja aplicado da seguinte forma :

Reserva Legal	325.693,00
Reserva Especial	162.846,50
Dividendos	0,00
Resultados Transitados	2.768.390,47

Governo Societário

Um modelo de governo societário transparente e a divulgação de informação atual, completa e frequente sobre as atividades societárias, são aspetos cada vez mais estruturantes e indutores das decisões de investimento dos Acionistas.

As regras e a estrutura de governo da Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), foram definidas com o propósito de garantir uma governação responsável e

orientada para a criação de valor. O modelo de governo societário baseia-se em valores centrados na transparência da divulgação da informação, na definição de objetivos estratégicos claros, no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia e na existência de processos de monitorização, fiscalização e de *Compliance*, tanto interna como externamente.

A EUROFACTOR como instituição de crédito especializada com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

Capital

O capital é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal por ação de cinco euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo o CAL&F (CREDIT AGRICOLE LEASING & FACTORING, SA), o único acionista, detendo 100,00% do capital à data de 31/12/13. As ações são representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil ações.

Estrutura de órgãos sociais

O modelo de governo societário rege-se pela seguinte estrutura de órgãos sociais: Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas reúne pelo menos uma vez por ano e tem como principais competências proceder à apreciação e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de cada exercício, deliberar sobre a distribuição de resultados e proceder à eleição dos órgãos sociais, a qual é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal único o entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o acionista único o requeira.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício e salvo se diferentemente for deliberado em assembleia geral para o efeito convocada, os acionistas terão, na proporção das ações que possuírem, direito de preferência nos aumentos de capital, quer na subscrição de novas ações, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito a voto, ou seja, pelos acionistas que reúnam cumulativamente as seguintes condições (i) possuir um número de ações não inferior a 100; e (ii) ter desde o 20.º dia anterior ao da reunião da assembleia geral averbadas em seu nome as ações com base nas quais se apresenta a participar na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação, salvo diferente disposição legal imperativa, a assembleia geral só poderá funcionar e deliberar quando nela estejam presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, 75% do total das ações. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá funcionar e deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados.

Relativamente à votação a cada grupo de 100 ações corresponde um voto, e as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada

reunião, salvo quando a lei ou os estatutos exigirem maioria qualificada.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre os acionistas ou não, por três anos, sendo sempre permitida a reeleição.

b) Funções do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, que de entre eles designará o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão superior de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os atos legalmente considerados, como de exercício de poderes de gestão. Poderá ainda delegar parte dos seus poderes numa comissão executiva composta por um número ímpar de administradores e poderá ainda encarregar uma ou mais pessoas, acionistas ou não, da execução temporária ou permanente de determinados atos de administração, conferindo-lhes para tanto os respetivos mandatos, mediante resolução que tome para esse efeito constante de ata.

Por deliberação do Conselho de Administração, a sede social poderá ser livremente mudada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá ainda deliberar a abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Portugal ou no estrangeiro. Este órgão está ainda autorizado a, após parecer favorável do Fiscal Único, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao limite de vinte e cinco milhões de euros.

As reuniões do Conselho de Administração terão lugar na sede da sociedade ou em outro local, para o efeito escolhido, podendo realizar-se com recurso a meios telemáticos, nos termos previstos no nº. 410 do Código das Sociedades Comerciais, o qual reunirá ordinariamente com uma periodicidade mínima trimestral, em datas a fixar por acordo dos seus membros para cada ano civil e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, ou por dois outros vogais do Conselho.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador impedido de comparecer à reunião fazer-se representar por outro administrador ou votar por correspondência.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

c) Funções do Fiscal Único

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, e um Suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

O atual Fiscal Único da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, é a Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, tendo como função a fiscalização da Sociedade.

O Fiscal Único e o seu Suplente podem ser ou não acionistas, mas deverão ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou de sociedades revisoras de contas, enquanto a lei o exigir. O Fiscal Único e o seu Suplente manter-se-ão em funções até à sua substituição efetiva.

Remunerações dos órgãos sociais

O regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, está enquadrado pela Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a qual é aprovada em Assembleia Geral.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração está estabelecido que os administradores serão remunerados pelo modo estabelecido em Assembleia Geral, sendo que a remuneração pode consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício anterior, a qual, na sua globalidade, não deverá exceder dois por cento.

Quanto ao Fiscal Único este será remunerado pela forma que a Assembleia Geral determinar, de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob a supervisão do Conselho de Administração.

Relativamente aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, os mesmos não são remunerados, tendo em conta a Sociedade e as práticas de mercado.

Sistemas de Controlo Interno e de Gestão do Risco

Ao Conselho de Administração compete aprovar, no âmbito da estratégia da EUROFACTOR Portugal, a política geral de atividade da Sociedade. Nas reuniões trimestrais deste órgão, são analisadas e discutidas nomeadamente a atividade da Sociedade, com base nos indicadores chave do negócio, o nível de assinaturas e rescisões de contratos, o nível de provisionamento, a análise de dossiers de crédito sensíveis e outros assuntos relevantes em cada momento.

O Risco de Crédito bem como o Risco Operacional continuam a ser os riscos relevantes na atividade da Sociedade, pelo que a aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos no manual de crédito em vigor. Estão definidos pelo acionista os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de crédito de acordo com as características específicas de cada um.

A Sociedade não tem contratualizado instrumentos derivados. A gestão do seu risco financeiro é efetuada numa base diária tendo em consideração a tipologia das operações desenvolvidas pela Sociedade e é também efetuado um acompanhamento sólido ao nível da liquidez da Sociedade, com base no qual são definidos os níveis de endividamento a negociar. Dadas as características da Sociedade, bem como a sua estrutura acionista, existe flexibilidade em ajustar o nível de liquidez, sempre que tal se venha a revelar necessário.

Nota final

O Conselho de Administração deseja expressar os seus melhores agradecimentos :

- Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Portugal pela disponibilidade demonstrada ;
- A todos os Clientes, Fornecedores, Bancos e parceiros de negócios que nos distinguiram pela sua preferência ;
- Aos Grupos Credit AGRICOLE, S.A., CAL&F e a todos os seus colaboradores pela atitude participativa no acompanhamento da vida desta Sociedade ;
- Aos membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração e apoio manifestados ;
- A todos os colaboradores da EUROFACTOR Portugal pelo contributo e desempenho demonstrado ao longo do ano.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração :

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT

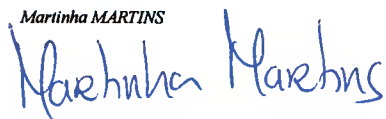
Balanco em base individual (NCA) a 31 de dezembro de 2013

unids de: €

	Notes/ Quadros enexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imperidade e emortizações 1	Provisões, imperidade e emortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.a	1.077,99		1.077,99	1.334,01
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.b	1.490.717,21		1.490.717,21	9.410.646,05
Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	3.c	9.251,71	5.251,71	1.000,00	1.000,00
Ativos financeiros disponíveis para vendas				0,00	0,00
Aplicações em instituições de crédito					
Crédito a clientes	3.d	220.931.995,29	4.512.329,95	219.319.555,44	182.925.277,32
Investimentos detidos até à maturidade					
Ativos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Ativos não correntes detidos para venda					
Propriedades de investimento					
Outros ativos tangíveis	3.s	454.242,49	400.935,92	53.406,86	37.120,16
Ativos intangíveis	3.a	541.015,76	534.519,22	9.497,54	4.392,44
Investimentos em filiais, s.sociades e empreendimentos conjuntos					
Ativos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	3.f	927.929,79		927.929,79	797.864,11
Outros ativos	3.g	1.952.295,92		1.952.265,92	1.539.484,46
Total de Ativo		225.905.385,11	5.452.935,40	220.452.449,71	191.704.098,55
Passivo					
Recursos de bancos centrais					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados					
Recursos de outras instituições de crédito	3.h			162.397.749,92	142.350.140,45
Recursos de clientes e outros empréstimos					
Responsabilidades representadas por títulos					
Passivos financeiros associados a ativos transferidos					
Derivados de cobertura					
Passivos não correntes detidos para venda					
Provisões	3.l			1.551.961,00	1.222.531,88
Passivos por impostos correntes	3.u			0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos					
Instrumentos representativos de capital					
Outros passivos subordinados				0,00	0,00
Outros passivos	3.j			31.465.492,94	30.321.099,14
Total de Passivo				195.385.192,99	173.993.771,47
Capital					
Capital	3.k			14.000.000,00	10.000.000,00
Prémios de emissão					
Outros instrumentos de capital					
Ações próprias					
Reservas de reavaliação				0,00	0,00
Outras reservas e resultados transitados	3.k			7.910.327,09	5.845.622,19
Resultado do exercício	3.k			3.258.929,97	1.964.704,99
Dividendos antecipados					
Total de Capital				25.097.257,05	17.810.327,08
Total de Passivo + Capital				220.452.449,71	191.704.098,55

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha MARTINS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT



Demonstração de Resultados em base individual (NCA) a 31 de dezembro de 2013

€

	Notas/ Quadros enexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	3.n	8.553.481,87	8.160.466,64
Juros e encargos similares	3.n	1.129.402,59	2.108.579,08
Mergem financeira	3.n	7.424.079,28	6.051.887,56
Rendimentos de serviços e comissões	3.o	195.827,16	231.055,63
Encargos com serviços e comissões	3.o	535.275,72	600.361,62
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.p	0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	3.p	0,00	0,00
Resultados de alienação de outros ativos	3.p	4.000,00	0,00
Outros resultados de exploração	3.q	287.427,47	357.325,83
Produto bancário		7.376.058,19	6.039.907,40
Custos com pessoal	3.r	1.230.350,53	1.137.200,25
Gastos gerais administrativos	3.r	1.114.736,70	1.602.181,28
Amortizações do exercício	3.t	28.028,54	24.793,71
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.d,3.i	329.429,12	201.846,19
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.d,3.i	81.646,49	321.940,29
Resultado antes de impostos		4.591.866,81	2.751.945,68
Impostos			
Correntes	3.u	1.475.001,49	926.044,21
Diferidos	3.u	140.064,65	138.803,42
Resultado após impostos		3.256.929,97	1.964.704,89
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		3.256.929,97	1.964.704,89

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha MARTINS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL


 Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT



Demonstração dos Fluxos de Caixa em base individual (NCA) a 31 de dezembro de 2013


unidade: €

	31/12/13	31/12/12
Atividades operacionais		
Juros, comissões e outros proventos recebidos	8.749.309	8.391.522
Juros, comissões e outros custos pagos	(1.646.603)	(2.759.900)
Recuperação de crédito e juros vencidos	157	16.018
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(2.435.327)	(2.683.582)
Outros pagamentos e recargamentos operacionais	287.271	342.871
Fluxo líquido proveniente dos proventos e custos	4.954.808	3.308.928
Diminuições (aumentos) em ativos operacionais:		
Ativos financeiros datados para negociação e disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos a clientes	(33.475.925)	2.616.978
Outros ativos e outras contas de regularização	(47.502)	1.329.929
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(33.523.427)	3.948.906
Aumentos (diminuições) em passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	19.999.533	4.624.412
Recursos de clientes	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-
Outros passivos e outras contas de regularização	850.242	(4.612.439)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	20.649.775	11.973
Contribuições para fundos de pensões	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(958.919)	(1.514.910)
	(8.877.764)	5.750.898
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizações corpóreas	(38.487)	(28.772)
Vendas de imobilizações corpóreas	-	-
Aquisições de imobilizações incorpóreas	(7.934)	(3.824)
Alienação de imobilizações	4.000	-
Aquisição de ações (Participação IFG)	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-
	(42.420)	(32.396)
Fluxos da caixa das atividades de financiamento		
Aumentos de capital	4.000.000	-
Empréstimo subordinado	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
	4.000.000	-
Aumento (diminuição) da caixa e seus equivalentes	(4.920.185)	5.718.503
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	8.411.980	693.478
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.491.795	6.411.980

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha MARTINS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL


 Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT





EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

Sede: Av. Duque de Ávila, 141 - 3º Dº - 1050-081 LISBOA

Capital Social: 14.000.000 €

Contribuinte n.º 502 733 209

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 05284/920

Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) a 31 de dezembro de 2013

	Capital	Outros movimentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	3.546.276,39	2.299.345,80	15.845.622,19
Resultado gerado no exercício de 2012					1.964.704,89	1.964.704,89
Aplicação dos resultados do exercício anterior					-2.299.345,80	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	5.845.622,19	1.964.704,89	17.810.327,08
Aumento de capital	4.000.000,00					4.000.000,00
Resultado gerado no exercício de 2013					3.256.929,97	3.256.929,97
Aplicação dos resultados do exercício anterior					-1.964.704,89	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	7.810.327,08	3.256.929,97	25.067.257,05

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT

EUROFACTOR Portugal – Sociedade de Factoring, SA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em euros (€))

ÍNDICE

0 – Introdução

1 – Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

b) Comparabilidade da informação

c) Principais políticas contabilísticas

- 1) Geral
- 2) Ativos tangíveis (IAS 16)
- 3) Ativos intangíveis (IAS 38)
- 4) Crédito a clientes e valores a receber
- 5) Imparidade
- 6) Ativos e passivos em moeda estrangeira
- 7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)
- 8) Prémios de antiguidade (IAS 19)
- 9) Ações próprias (IAS 32)
- 10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)
- 11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)
- 12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
- 13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)
- 14) Responsabilidades por férias e subsídios de férias
- 15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas
- 16) Caixa e equivalentes de caixa

2 – Relato por segmentos (IFRS 8)

- a) Segmentos geográficos
- b) Segmentos por linhas de negócio

3 – Notas

- a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais
- b) Disponibilidades em outras instituições de crédito
- c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados
- d) Crédito a clientes
- e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis
- f) Ativos por impostos diferidos
- g) Outros Ativos
- h) Recursos de outras instituições de crédito
- i) Provisões
- j) Outros passivos
- k) Capital
- l) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma
- m) Contas extrapatrimoniais
- n) Margem financeira
- o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões
- p) Resultados líquidos diversos
- q) Outros resultados de exploração
- r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos
- s) Efetivos
- t) Amortizações do exercício
- u) Impostos
- v) Risco de crédito (IFRS 7)
- w) Risco de liquidez (IFRS 7)
- x) Risco cambial (IFRS 7)
- y) Análise de sensibilidade ao risco
- z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização
- aa) Transações com partes relacionadas
- ab) Caixa e equivalentes de caixa
- ac) Consolidação de contas

0 – Introdução

A EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), como instituição de crédito especializada com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

A Sociedade foi constituída em 28 de fevereiro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em abril do mesmo ano.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 11 de fevereiro de 2014.

Na elaboração deste anexo, tomaram-se em consideração as notas de divulgação em cumprimento das normas do Banco de Portugal, assim como, as normas internacionais de relato financeiro (IAS e IFRS) aplicáveis. As normas não referidas ou omitidas, por não aplicáveis ou por não serem relevantes, não prejudicam a qualidade e quantidade das divulgações necessárias à boa compreensão e entendimento das demonstrações financeiras.

1 - Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da EUROFACTOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, e definidas pelas Instruções nº 18/2005 e nº 23/2004.

O ponto 2 da Instrução nº 18/2005 estabelece os modelos de demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados), para as instituições de reporte em base individual e, bem assim, que as notas anexas a essas demonstrações financeiras devem ser elaboradas em conformidade com as exigências previstas nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's), quando aplicáveis e tendo em consideração o critério da materialidade, exceto quanto às matérias regulamentadas pelo nº 3.º do Aviso nº 1/2005, em que são aplicadas as notas anexas às contas previstas na Instrução nº 4/96.

b) Comparabilidade da informação

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afetem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

c) Principais políticas contabilísticas

1) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NCA que correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), excetuando os seguintes pontos:

- i) O crédito a clientes está sujeito à constituição de provisões específicas e genéricas, que não poderão ser inferiores ao mínimo de referência nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005;
- ii) Os ativos tangíveis continuarão a ser valorizados ao custo de aquisição, salvo quando se realizem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias serão registadas em reservas legais de reavaliação;
- iii) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de dezembro de 2005, situação não aplicável à Sociedade.

Em 2013 relativamente à IAS1 revista, por não ser aplicável, a Sociedade não procedeu à elaboração da Demonstração de Rendimento Integral.

As demonstrações financeiras da EUROFACTOR são expressas em euros. A conversão de ativos e passivos geridos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio à data do balanço.

2) Ativos tangíveis (IAS 16)

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui, para além do preço de compra, com o IVA não recuperável, as despesas diretamente imputáveis à compra. Não foram efetuadas quaisquer reavaliações até à data de encerramento de contas.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função da taxas máximas permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente ao período que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em edifícios arrendados	8 a 15
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

Os ganhos e as perdas nas alienações de Ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em "Resultados de alienação de outros Ativos".

3) Ativos intangíveis (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. Em resultado da aplicação das NCA, as despesas com publicidade, investigação, formação e outras, são registadas diretamente em custos.

Compreendem fundamentalmente os custos de programação informática e de estabelecimento.

Os ativos intangíveis são amortizados, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função das taxas máximas permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente à vida útil esperada dos mesmos que, em termos médios, é de três anos.

Até à data não foram reconhecidos pela EUROFACTOR quaisquer ativos intangíveis geridos internamente.

4) Crédito a clientes e valores a receber

É constituído por ativos decorrentes de operações de factoring e representam os créditos tomados "sem recurso" até aos limites de cobertura de risco de cobrança e os montantes antecipados sobre a faturação tomada "com recurso", tendo por contrapartida no passivo a rubrica "credores por operações de factoring" e em extrapatrimonial "contratos com recurso - faturas não financiadas".

A regularização do saldo destas rubricas, ocorrerá à medida que as faturas forem liquidadas.

Estes créditos estão valorizados pelo seu valor nominal, conforme estabelece o nº 3º, nº 2, a) do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As provisões para risco de crédito são calculadas nos termos da versão atual do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, e no mínimo incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito vencido (entre 1% e 100%) em função da classe de risco e da existência ou não de garantia; e
- (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito tomado não vencido, incluindo o representado por garantias não bancárias e avals prestados, deduzido do (i) crédito tomado sobre o Setor Público Administrativo, (ii) crédito suportado por garantias bancárias e (iii) crédito que tenha sido objeto de provisão específica.

O valor global das provisões da EUROFACTOR, que em 31 de dezembro de 2013 ascende a €6.064.291 (2012 €5.762.528) é, nas atuais circunstâncias, considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de risco de cobrança (ver Nota 3 – d).

O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Os valores a receber relativos a juros são objeto de uma contabilização autónoma na conta de resultados e são reconhecidos quando obtidos por períodos mensais, segundo a regra *pró-rata temporis*. Quanto às comissões, sempre que aplicável, são periodificadas ao longo da vigência dos créditos por imputação mensal.

5) Imparidade

Genericamente, como define o IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando exista evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado. Esses eventos podem ser tais como: atrasos no pagamento de capital ou juros, probabilidade de falência, etc.

Conforme referido na alínea anterior a avaliação da imparidade é efetuada em base individual e de periodicidade mensal, semestral ou anual, consoante os montantes de responsabilidades envolvidos e o surgimento de indicadores de alerta. Nessa avaliação são considerados os seguintes fatores:

- Exposição global do cliente face à EUROFACTOR e outras instituições;
- Notação de risco interno e de empresas especializadas; e, atualização e apreciação da(o):
 - i) Situação económico-financeira do cliente;
 - ii) Risco do setor de atividade em que se insere;
 - iii) Qualidade da gestão do cliente;
 - iv) Qualidade da informação contabilística apresentada;
 - v) Natureza e montante das garantias prestadas; e
 - vi) Crédito em situação de incumprimento superior a 90 dias.

Esta análise determinará se as provisões mínimas específicas do Aviso nº 3/95 serão suficientes ou se será necessário um reforço para manter o valor realizável do crédito no montante adequado.

6) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são geridos na própria moeda segundo sistema *multi-currency*, isto é, nas respetivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio informado pela International Factors Group aos seus membros, por sua vez disponível no *site* "Bloomberg.com".

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

A EUROFACTOR não dispõe de fundo de pensões e de sobrevivência. A totalidade dos colaboradores está abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

No entanto, a EUROFACTOR dispõe de um seguro-grupo que garante à generalidade dos colaboradores, no momento da sua reforma aos 65 anos, um complemento correspondente a 14 vezes do salário em vigor nesse momento.

O custo anual para cobertura das responsabilidades relativas à manutenção e reforço do fundo que suporta o complemento de pensões de reforma, é determinado com base em estudos atuariais efetuados por uma seguradora, a qual tem, também, a seu cargo a gestão desse fundo de pensões constituído facultativamente pela Sociedade, sendo o respetivo encargo registado na rubrica de custos com o pessoal (ver Nota 3-l).

8) Prémios de antiguidade (IAS 19)

A EUROFACTOR não está sujeita ao Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário Português, não tendo por isso quaisquer responsabilidades por prémios de antiguidade a atribuir aos seus colaboradores.

9) Ações próprias (IAS 32)

Não aplicável.

10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)

a) Classes de instrumentos financeiros

O ativo da Sociedade apresenta como instrumento financeiro relevante, o ativo financeiro designado por "Crédito a clientes".

Quanto à quantificação e maturidade dos "Créditos a clientes", ver nota 3-d).

No Passivo, o instrumento financeiro relevante, é apresentado como passivo financeiro e designado por "Recursos de outras instituições de crédito".

Quanto à quantificação e maturidade dos “Recursos de outras instituições de crédito”, ver nota 3-h).

b) Significado dos instrumentos financeiros na posição financeira e desempenho da atividade da Sociedade

O ativo financeiro “Crédito a clientes” representa 98% do ativo da Sociedade e está suportado nos passivos financeiros “Recursos de outras instituições de crédito” (ver nota 3-h)), “Credores por contratos de factoring” (ver nota 3-j)) e nos capitais próprios.

Esses passivos financeiros representam 83% do passivo (2012: 82%).

O instrumento financeiro ativo apresenta-se mensurado ao justo valor pela utilização de provisões adequadas para fazer face à imparidade por perdas de crédito (ver nota 3-c)).

Os juros pagos e recebidos inerentes à gestão do instrumento financeiro e passivos financeiros associados estão avaliados ao justo valor pela via dos resultados.

Os passivos financeiros estão mensurados em conformidade com a descrição na nota 3-c).

c) Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

O ativo financeiro “Crédito a clientes” em conexão com os passivos financeiros inerentes, está sujeito aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito: O risco de crédito está associado a situações de insolvência dos aderentes e ou devedores, relativamente aos valores financiados sobre as faturas em cobrança;
- Riscos liquidez: Tem origem nos diferentes períodos de rotação dos fluxos financeiros de pagamentos e recebimentos;
- Riscos taxa de juro: Diferenças no tempo de ajustamento das taxas de juro dos recursos tomados e o crédito concedido. Ver análise de sensibilidade na nota 3-y);
- Riscos de câmbios: Advêm da diferente cobertura em divisas entre ativos e passivos.

A Sociedade dispõe de um manual de gestão onde estão definidos, aos diversos níveis da estrutura, os procedimentos adequados, face ao perfil de cada operação, visando prevenir e resolver as diferentes situações supervenientes de risco.

Em reforço das medidas preventivas, regra geral, a Sociedade dispõe de um seguro de crédito, que cobre os riscos de insolvência até 90% das responsabilidades inerentes ao “Crédito a clientes”.

Nas notas 3-v), 3-w) e 3-x), são relevados os aspetos quantitativos relativos ao risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial, respetivamente, a que a Sociedade se encontra exposta.

O rácio de solvabilidade mínimo para as instituições de crédito, definido pelo Banco de Portugal, é de 10%, determina o montante máximo de exposição ao risco de crédito. A 31 de dezembro de 2013, o rácio de solvabilidade antes da inclusão dos resultados aprovados era de 10,8% (2012: 9,4%).

De acordo com aplicação dos resultados líquidos a 31 de dezembro de 2012, o rácio atingiu os 10,6% e em 31 de dezembro de 2013 com a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido de 2013 o rácio ficará acima do limite mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)

Não aplicável.

12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Não aplicável.

13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

A atividade da EUROFACTOR está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O IRC é calculado na base dessa legislação aplicável e o seu pagamento é efetuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam.

Os prejuízos fiscais de determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais dos seis anos seguintes, exceto se houver mudança de objeto social ou se alterar substancialmente a natureza da atividade exercida.

Nas situações em que existam diferenças temporárias entre as quantias consideradas para efeitos fiscais e as constantes das demonstrações financeiras, são registados os respetivos impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias futuras.

Os impostos diferidos ativos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor, incluindo a derrama, em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo.

Os impostos diferidos são relevados em resultados exceto os que se relacionam com valores registados diretamente em capitais próprios, nomeadamente, embora não aplicável, os ganhos e perdas em ações próprias e em títulos disponíveis para venda (ver Nota 3-u)).

14) Responsabilidade por férias e subsídio de férias

O valor da responsabilidade por férias e subsídio de férias e respetivos encargos de 2013 e 2012, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custo desses exercícios, por contrapartida da rubrica "Contas de regularização" apresentada no passivo.

15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

- O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.
- As responsabilidades por seguro de complemento de reforma, são estimadas com base em tábuas atuariais e no pressuposto de crescimento dos salários. Pressupostos baseados nas expectativas que a seguradora tem para o período durante o qual irão ser pagos os complementos de reforma.
- Os impostos diferidos ativos foram calculados com base na legislação fiscal atual. Alterações e diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura.

16) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de constituição da operação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2 - Relato por segmentos (IFRS 8)

a) Segmentos geográficos

A EUROFACTOR desenvolve a sua atividade de factoring (produto/serviço incluído na banca comercial), no mercado doméstico que corresponde às operações desenvolvidas com aderentes e respetivos devedores sediados em Portugal e a atividade internacional que se subdivide em "export", quando o aderente é nacional e os devedores são estrangeiros, e "import", quando os devedores são nacionais e o fator correspondente está sediado no exterior. No mercado internacional, as operações desenvolvem-se sobretudo com países da União Europeia.

b) Segmentos por linhas de negócio

O único segmento de negócio que a EUROFACTOR se dedica é ao da Banca Comercial e dentro deste, especificamente, ao serviço de factoring. Todos os resultados, apresentados nas demonstrações financeiras, têm origem neste negócio.

3 - Notas

a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Caixa	1.078	1.334
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	-
	<u><u>1.078</u></u>	<u><u>1.334</u></u>

b) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	<u>899.198</u>	<u>5.373.395</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	591.519	1.037.251
Juros a receber	-	-
	<u><u>591.519</u></u>	<u><u>1.037.251</u></u>
	<u><u>1.490.717</u></u>	<u><u>6.410.646</u></u>

c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem e de muito curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são as taxas do mercado;
- Crédito a clientes – é constituído por contratos de maturidades reduzidas sendo os adiantamentos remunerados a taxas de juro que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, ou o seu valor ajustado por um prémio de liquidez associado ao desconto antecipado das faturas cedidas, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico;
- Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - a Sociedade não detém uma carteira de títulos, existindo apenas uma participação financeira inferior a 10% na IF International Factors Group SG, no montante líquido de €1.000, a qual se encontra refletida no balanço ao custo de aquisição (que corresponde ao respetivo valor nominal), deduzido de uma provisão para desvalorizações de carácter permanente e que ascende a €5.252. A diferença para a valorização desta participação segundo o método da equivalência patrimonial não é significativa;
- Débitos para com instituições de crédito – são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado;
- Outros passivos – encontram-se registados nesta rubrica as responsabilidades com adiantamentos efetuados por conta de contratos de factoring com recurso. Ver ponto acima sobre Crédito a clientes.

d) Crédito a clientes

Estes créditos apresentam em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito vincendo:		
Crédito Interno:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	1.227.786	1.158.361
Sem recurso	<u>65.010.763</u>	<u>57.842.914</u>
	<u>66.238.549</u>	<u>59.001.275</u>
Crédito ao exterior:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	2.132.573	2.693.642
Sem recurso	<u>129.503.245</u>	<u>101.245.719</u>
	<u>131.635.818</u>	<u>103.939.361</u>
	<u>197.874.367</u>	<u>162.940.636</u>
Crédito e juros vencidos:		
Crédito a clientes		
Empresas e administrações públicas		
Até 3 meses	18.593.590	19.847.863
De três meses a um ano	139.138	482.939
De um ano a cinco anos	785.328	3.231.487
Mais de cinco anos	<u>3.439.463</u>	<u>962.349</u>
	<u>22.957.519</u>	<u>24.524.638</u>
Total bruto	<u>220.831.885</u>	<u>187.465.274</u>
Menos:		
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	4.512.330	4.539.996
Provisão para risco país	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	-	-
	<u>4.512.330</u>	<u>4.539.996</u>
Total líquido	<u>216.319.555</u>	<u>182.925.277</u>

Provisões para perdas de crédito a clientes:

Saldos, movimentos e decomposição das contas de provisões para riscos específico de crédito:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Saldo a 1 de Janeiro	<u>4.539.996</u>	<u>5.532.208</u>
Dotações	186.213	321.940
Transferências	-	-
Utilizações	(109.313)	(1.314.152)
Anulações	<u>(104.566)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4.512.330</u>	<u>4.539.996</u>

Nota: De acordo com as Instrução nº 2/98, emitida pelo Banco de Portugal, o crédito tomado "com recurso" não financiado é registado na conta extrapatrimonial "995 - Contratos com recurso/Faturas não financiadas".

Garantias reais: Alguns contratos de cedência de créditos têm associadas garantias reais. O crédito em Balanço com garantias reais (hipotecas sobre imóveis) em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Contratos com recurso	984.000	1.142.000
Contratos sem recurso	-	-

Créditos garantidos por seguro de crédito:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Crédito sob seguro de crédito	195.732.018	167.005.845

Créditos renegociados: A Sociedade não tem em carteira créditos cujos termos tenham sido renegociados, tal como o definido pelo Banco de Portugal, caso contrário estariam vencidos ou em imparidade.

e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis

Esta rubrica, entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, teve a seguinte evolução:

Rubrica	31-12-2012		Aquisições	Amortizações do exercício	Abate/Transfêrências	31-12-2013
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
• Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
• Custos pluri- anuais	88	(88)	-	-	-	-
• Sist. trat. autom. de dados	206.349	(201.956)	7.934	(5.828)	-	6.498
• Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>533.083</u>	<u>(528.690)</u>	<u>7.934</u>	<u>(5.828)</u>	<u>-</u>	<u>6.498</u>
Outros ativos tangíveis						
• Equipamento	447.855	(410.735)	38.487	(22.200)	-	53.407
Total	<u>980.938</u>	<u>(939.426)</u>	<u>46.420</u>	<u>(28.028)</u>	<u>-</u>	<u>59.905</u>
Rubrica	31-12-2011		Aquisições	Amortizações do exercício	Abate/Transfêrências	31-12-2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
• Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
• Custos pluri- anuais	88	(88)	-	-	-	-
• Sist. trat. autom. de dados	202.725	(195.494)	3.624	(6.462)	-	4.392
• Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>529.458</u>	<u>(522.228)</u>	<u>3.624</u>	<u>(6.462)</u>	<u>-</u>	<u>4.392</u>
Outros ativos tangíveis						
• Equipamento	428.733	(400.491)	28.772	(18.331)	(1.563)	37.120
Total	<u>958.192</u>	<u>(922.720)</u>	<u>32.396</u>	<u>(24.793)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>41.512</u>

f) Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Por diferenças temporárias (ver Nota 1 - c.13))	<u>927.929</u>	<u>787.864</u>
	<u>927.929</u>	<u>787.864</u>

As diferenças temporárias e o correspondente imposto diferido, decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2013</u>		<u>31-12-2012</u>	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Provisões não aceites fiscalmente:				
- Para riscos gerais de crédito	1.309.070	346.904	979.641	259.605
- Para crédito vencido com seguro de crédito	210.309	55.732	197.406	52.312
- Para crédito vencido	1.982.239	525.293	1.796.026	475.947
	<u>3.501.618</u>	<u>927.929</u>	<u>2.973.072</u>	<u>787.864</u>
Variação no exercício (ver Nota 3 - u))		<u>(140.065)</u>		<u>(138.803)</u>

g) Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros devedores diversos	-	432
Outros rendimentos a receber	28.666	8.652
Despesas com encargo diferido	64.788	52.056
Outras operações a regularizar:		
- Valores recebidos não identificados	602.808	574.888
- IRC pagamento por conta	911.787	880.479
- Outros a regularizar	44.217	19.957
	<u>1.652.266</u>	<u>1.536.464</u>

A variação da posição em balanço dos "Valores recebidos não identificados", explica-se pelo volume de cobranças não afetadas à liquidação de faturas em gestão quando do fecho do exercício a 31 de dezembro, o qual está relacionado com o volume de recebimentos que ocorrem nos últimos dias de cada ano. Estes valores, logo que identificados os devedores, são regularizados por contrapartida da conta de depósitos à ordem.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras operações a regularizar – Outros a regularizar” é constituída por valores diversos em fase de regularização nas contas correntes dos aderentes.

h) Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
◦ Deutsche Bank (Portugal)	371.997	1.522.398
◦ Crédit Agricole, SA - U.K.	50.000.000	10.000.000
◦ Crédit Agricole, SA - França	71.984.981	50.813.378
◦ CAL&F - França	40.010.771	80.014.364
	<u>162.367.749</u>	<u>142.350.140</u>

i) Provisões

Esta rubrica é relativa a provisões para risco geral de crédito associadas à rubrica de crédito a clientes (ver Nota 1- c.4). As provisões para crédito vencido (risco específico), estão apresentadas na Nota 3 - d).

O saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Saldo inicial	1.222.532	1.020.686
Aumento	329.429	201.846
Transferência	-	-
Saldo final	<u>1.551.961</u>	<u>1.222.532</u>

j) Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Credores e outros recursos:		
IVA a pagar	35	575
Retenção de impostos na fonte	127.440	225.071
Contribuições para a segurança social	19.784	18.745
Credores por contratos de factoring	28.343.936	27.594.251
Credores por fornecimento de bens	3.266	2.480
Outros credores	70.525	106.774
	<u>28.564.986</u>	<u>27.947.896</u>
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	288.114	253.922
Por gastos administrativos	391.242	484.906
Outros encargos a pagar	11.609	11.838
	<u>690.965</u>	<u>750.666</u>
Outras contas de regularização		
Outras contas a regularizar		
Operações de factoring	736.079	695.772
IRC a regularizar (Nota 3 – u)	1.473.442	926.051
Diversos	10	714
	<u>2.209.531</u>	<u>1.622.537</u>
	<u>31.465.483</u>	<u>30.321.100</u>

Os "Credores por contratos de factoring" representam 90% em 2013 (91% em 2012) dos "Outros passivos". Esta rubrica diz respeito à componente dos créditos tomados com cobertura de risco não financiados. A relação entre o saldo de "Credores por contratos de factoring" e o saldo de "Créditos a clientes" (Nota 3 – d), foi de 13% em 2013 (15% em 2012). As variações destes saldos estão diretamente relacionadas entre si e dependem da percentagem média de financiamento, rotação das cobranças e montante e sazonalidade dos créditos tomados.

k) Capital

Esta rubrica apresenta a seguinte evolução e situação a 31 de dezembro de 2013:

	Saldo 31-12-2012	Movimento do período		Saldo 31-12-2013
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	10.000.000	4.000.000	-	14.000.000
Diferenças resultantes de alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	1.241.767	294.706	-	1.536.473
Resultados transitados	4.501.382	1.669.999	-	6.171.381
Resultado líquido				
* Exercício de 2012	1.964.705		1.964.705	-
* Exercício de 2013	-	3.256.930	-	3.256.930
	<u>17.810.327</u>	<u>9.221.635</u>	<u>1.964.705</u>	<u>25.067.257</u>
	Saldo 31-12-2011	Movimento do período		Saldo 31-12-2012
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	10.000.000	-	-	10.000.000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	896.865	344.902	-	1.241.767
Resultados transitados	2.546.938	1.954.444	-	4.501.382
Resultado líquido				
* Exercício de 2011	2.299.346		2.299.346	-
* Exercício de 2012	-	1.964.705	-	1.964.705
	<u>15.845.622</u>	<u>4.264.051</u>	<u>2.299.346</u>	<u>17.810.327</u>

Em 26 de julho de 2013 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital de 10.000.000,00€ para 14.000.000,00€.

Em 31 de dezembro de 2013 o capital, integralmente subscrito e realizado, é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal de cinco euros, cada uma.

A rubrica "Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas" expressa o impacto da aplicação das NCA's em 31 de dezembro de 2005 e teve como contrapartida as seguintes rubricas:

Impostos diferidos	108.258
Anulação de custos plurianuais	(5.785)
	<u>102.473</u>

Nos termos legais, a Sociedade deverá constituir as seguintes reservas que não estão disponíveis para distribuição:

Reserva legal pela aplicação de pelo menos 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital.

Reserva especial pela aplicação de pelo menos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital, destinada a cobrir as depreciações do ativo ou os prejuízos que a demonstração de resultados não possa suportar.

De acordo com a proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral de 18 de março de 2013, o resultado do exercício de 2012, foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	196.470
Para reserva especial	98.235
Para dividendos	-
Para resultados transitados	<u>1.669.999</u>
	<u>1.964.705</u>

1) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma

Foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 o estudo atuarial relativo às responsabilidades decorrentes do seguro para complemento de reforma afeto ao Plano de Reformas de Benefício Definido, segundo o qual, cada participante ao atingir a idade normal de reforma, ao serviço da EUROFACTOR (segurado), deverá ter disponível um capital igual a catorze vezes o salário mensal auferido nessa data. Pelo menos dois terços desse capital deve ser pago sob a forma de prestação pecuniária mensal vitalícia, podendo a diferença ser paga sob a forma de capital.

O cálculo atuarial tem subjacente os seguintes dados, pressupostos e metodologia:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Dados:		
- Número de participantes beneficiários no ativo	22	17
- Datas de nascimento dos beneficiários no ativo	sim	sim
- Datas de admissão na Empresa	sim	sim
- Salários dos participantes no início do ano seguinte	sim	sim
- Beneficiários no activo com 65 ou mais anos	0	0
- Reformados a beneficiar do complemento de reforma	0	0
- Massa Salarial Anual (14 Meses) (€)	580.009	485.170
Pressupostos:		
- Taxa anual de crescimento salarial	2,0%	2,0%
- Taxa anual de rendimento	3,0%	3,0%
- Taxa de desconto utilizada na avaliação	3,0%	3,0%
- Data de referência dos cálculos	01-01-2014	01-01-2013
- Idade Normal de Reforma (anos)	66	65
- Tábua de Mortalidade	TPRV 93	TPRV 93
Método de cálculo utilizado:		
- Projected Unit Credit Cost Method	sim	sim

Os resultados da avaliação atuarial do seguro de complemento de reforma e os indicadores em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são os seguintes:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Resultados da avaliação atuarial:		
Responsabilidades por serviços futuros	294.513	248.872
Responsabilidades por serviços passados	a) 147.650	126.206
Responsabilidades totais	<u>442.164</u>	<u>375.077</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação em 1 de Janeiro	162.659	145.542
Contribuições efectuadas no exercício	15.491	12.614
Rendimento do fundo de pensões	5.145	4.503
Pensões pagas	-	-
Situação em 31 de Dezembro	b) 183.295	162.659
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	c) = b) - a) 35.645	36.454
Percentagem de cobertura das responsabilidades por serviços passados		
	<u>124%</u>	<u>129%</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as demonstrações financeiras da Sociedade registaram na rubrica de custos com pessoal as contribuições de, respetivamente, €15.491 e €12.614.

Cada segurado, integrado nestes seguros de grupo, participa nos fundos autónomos, não através de unidades específicas de valor (ex. UPs) mas em função do saldo da sua conta poupança verificado a 31 de dezembro:

Saldo da Conta Poupança:	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Apólice Recogan nº 433.712	43.434	41.684
Apólice RecoganXXI nº 482.271	139.860	120.976
Total do Saldo da Conta Poupança:	<u>183.295</u>	<u>162.659</u>

O saldo da Conta Poupança é ajustado anualmente tendo em conta a cobertura no imediato das Responsabilidades por Serviços Passados e a cobertura, no médio e longo prazo, das Responsabilidades por Serviços Futuros.

Em 2013, a rentabilidade verificada das apólices Recogan nº 433.712 e RecoganXXI nº 482.271, foi, respetivamente de 4,2% e 3,0% (2012: 4,2% e 3,0%, respetivamente).

A composição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, associada a dois fundos autónomos, que correspondem respetivamente a duas apólices distintas, é a seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Recogan, apólice nº 433.712, composição:		
Obrigações	96,0%	96,0%
Fundos de Obrigações	0,0%	0,0%
Ações	0,0%	0,0%
Fundos de Ações	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários	4,0%	4,0%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>
RecoganXXI, apólice nº 482.271, composição:		
Obrigações	89,9%	89,9%
Fundos de Obrigações	5,5%	5,5%
Ações	2,1%	2,1%
Fundos de Ações	2,4%	2,4%
Fundos Imobiliários	0,1%	0,1%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

As apólices de seguro estão inseridas num Fundo de Investimento Autónomo cujos valores das provisões matemáticas estão representados em ativos, cuja composição obedece às regras prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal.

Na composição dos fundos de complemento de reforma, não se encontra nenhum: (1) ativo que esteja a ser utilizado pela Sociedade e (2) título emitido pela Sociedade.

A gestão destes fundos está a cargo da Groupama Asset Management.

m) Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Garantias recebidas		
Por cartas de crédito " <i>stand-by</i> "	43.000.000	51.500.000
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	253.415.862	279.322.145
Compromissos assumidos por terceiros		
Por linhas de crédito irrevogáveis	187.000.000	75.000.000
Responsabilidades por prestações de serviços		
De cobrança de Valores		
Faturas de Factoring Import	1.844.114	781.213
Contratos com recurso - Faturas não financiadas	<u>53.809.140</u>	<u>35.689.321</u>
	<u>539.069.116</u>	<u>442.292.679</u>

n) Margem financeira

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades	786	911
Crédito a clientes de factoring	4.546.951	4.633.088
Comissões relacionadas com o factoring	<u>4.005.745</u>	<u>3.526.468</u>
	<u>8.553.482</u>	<u>8.160.467</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de instituições de crédito no País	9.252	24.984
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	<u>1.120.151</u>	<u>2.083.596</u>
	<u>1.129.403</u>	<u>2.108.579</u>
Margem financeira	<u>7.424.079</u>	<u>6.051.888</u>

o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de serviços relacionados com o factoring	<u>195.827</u>	<u>231.056</u>
Encargos com serviços e comissões		
Comissões de garantias recebidas	53.589	57.017
Por serviços bancários prestados por terceiros	349.768	422.871
Outros	<u>131.919</u>	<u>120.473</u>
	<u>535.276</u>	<u>600.362</u>

p) Resultados líquidos diversos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
De alienação de outros ativos		
Outros ativos tangíveis	<u>(4.000)</u>	<u>-</u>

q) Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros impostos	(112.982)	(30.038)
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotas	(13.940)	(13.940)
Outros	(56)	(1.578)
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	73.942	106.034
Recuperação de créditos, juros e despesas	157	16.018
Recebimentos de prestação de serviços diversos	225.841	264.774
Outros	<u>114.466</u>	<u>16.056</u>
	<u>287.427</u>	<u>357.326</u>

r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	-	-
Remunerações de empregados	832.766	779.482
Encargos sociais obrigatórios	195.876	190.728
Outros custos com o pessoal	201.708	166.990
	<u>1.230.350</u>	<u>1.137.200</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	20.078	21.037
Material de consumo corrente	23.625	25.166
Publicações	618	589
Material de higiene e limpeza	3.320	2.866
Outros fornecimentos	5.095	3.957
	<u>52.736</u>	<u>53.614</u>
Com serviços		
Rendas e alugueres	291.760	293.920
Comunicações	56.854	116.940
Deslocações, estadas e representação	33.486	34.764
Publicidade e edição de publicações	12.104	6.180
Conservação e reparação	4.815	5.011
Formação de pessoal	208	3.332
Seguros	381.283	361.563
Serviços especializados	102.075	258.909
Outro serviços	179.416	467.943
	<u>1.062.001</u>	<u>1.548.567</u>
	<u>1.114.737</u>	<u>1.602.181</u>

s) Efetivos

O efetivo anual de pessoal ao serviço da EUROFACTOR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Diretores	4	4
Administrativos	27	26
	<u>31</u>	<u>30</u>

t) Amortizações do exercício

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Ativos tangíveis		
Equipamento	<u>22.200</u>	<u>18.331</u>
Ativos intangíveis		
Software	<u>5.829</u>	<u>6.462</u>
	<u>28.029</u>	<u>24.794</u>

u) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama.

- Nos termos da legislação atualmente em vigor, a estimativa da matéria coletável em IRC para o exercício de 2013, ascendeu a €5.125.279. A diferença apurada entre o lucro contabilístico de 2013 e o respetivo lucro fiscal, resulta essencialmente da sujeição a tributação das provisões criadas no exercício para crédito vencido e provisões económicas acima dos mínimos exigidos pelas normas do Banco de Portugal (ver Notas 1 – c.4) e 3 – f)).
- O encargo com o IRC em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foi de €1.475.001, €926.044 e €1.023.832, respetivamente. Os encargos relativos a 2012 e 2011 foram integralmente pagos.

No exercício de 2013 foram contabilizados Impostos Diferidos Ativos no montante de €140.065 (2012: €138.803).

Estes impostos diferidos estão relacionados com o reforço de provisões no exercício para risco geral de crédito, para o crédito vencido, e para o crédito vencido coberto por apólice de seguro de crédito, segundo as normas do Banco de Portugal, mas não aceites como custos pelas autoridades fiscais.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício, é como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Imposto corrente	1.475.002	926.044
Imposto diferido (ver Nota 3 - f))	(140.065)	(138.803)
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>1.334.937</u>	<u>787.241</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>4.591.867</u>	<u>2.751.946</u>
Carga fiscal [(1)/(2)]	<u><u>29,07%</u></u>	<u><u>28,61%</u></u>

A taxa nominal de impostos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
IRC 25,0% sobre Matéria Coletável	25,0%	25,0%
IRC 3,0% sobre Matéria Coletável > €1.500.000	3,0%	3,0%
DERRAMA (1,5% * Matéria Coletável total)	1,5%	1,5%
Taxa nominal de impostos	<u><u>29,5%</u></u>	<u><u>29,5%</u></u>

Reconciliação entre o custo do exercício com o imposto corrente e o saldo em balanço:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Reconhecimento como custo do exercício	1.473.442	926.044
Pagamentos por conta	(911.787)	(880.479)
Saldo corrente a pagar / (receber)	<u><u>561.655</u></u>	<u><u>45.565</u></u>

Em 2013 e 2012, registados em Ativos e Passivos por impostos correntes.

v) Risco de crédito (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, correspondia aos seguintes montantes:

<u>Tipo de instrumento financeiro</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor contabilístico bruto</u>	<u>Imparidade (provisões)</u>	<u>Valor contabilístico líquido</u>
Posição a 31/12/13:				
Crédito a clientes	220.831.885	220.831.885	4.512.330	216.319.555
Posição a 31/12/12:				
Crédito a clientes	187.465.274	187.465.274	4.539.996	182.925.277

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o crédito e juros vencidos, apresenta a seguinte composição:

<u>31-12-2013</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 8 meses</u>	<u>8 e 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Total</u>
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	18.593.590	138.937	201	785.328	3.439.463	22.957.519
Imparidade (provisões)	(148.401)	(138.937)	(201)	(785.328)	(3.439.463)	(4.512.330)
	<u>18.445.188</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.445.188</u>
31-12-2012						
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	19.847.863	300.729	182.209	786.678	3.397.159	24.524.638
Imparidade (provisões)	(282.401)	(41.346)	(22.412)	(796.678)	(3.397.159)	(4.539.996)
	<u>18.565.462</u>	<u>258.383</u>	<u>159.787</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.884.841</u>

w) Risco de liquidez (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2013, os prazos contratuais residuais, relativos aos Ativos e passivos financeiros, apresentam a seguinte estrutura:

<u>31-12-2013</u>	<u>À vista</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 8 meses</u>	<u>8 e 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Indeterminado</u>	<u>Total</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.078	-	-	-	-	-	-	1.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.490.717	-	-	-	-	-	-	1.490.717
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	187.874.386	18.445.188	-	-	-	-	-	218.319.555
	<u>189.368.181</u>	<u>18.445.188</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>217.812.369</u>
Recursos de outras instituições de crédito	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	182.367.749
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>10.371.997</u>	<u>52.745.752</u>	<u>45.000.000</u>	<u>14.250.000</u>	<u>40.000.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182.367.749</u>
31-12-2012								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.334	-	-	-	-	-	-	1.334
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.410.648	-	-	-	-	-	-	8.410.648
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	182.940.836	18.565.462	258.383	159.787	-	-	-	182.925.277
	<u>189.382.818</u>	<u>18.565.462</u>	<u>258.383</u>	<u>159.787</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>189.338.257</u>
Recursos de outras instituições de crédito	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.548.547</u>	<u>50.801.594</u>	<u>80.000.000</u>	<u>-</u>	<u>10.000.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>142.350.140</u>

Os *cash-flows* futuros não descontados dos passivos financeiros, são os seguintes:

	À vista	Até 3 meses	3 e 6 meses	8 e 12 meses	1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeter- minado	Total
31-12-2013								
Recursos de outras instituições de crédito	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749
31-12-2012								
Recursos de outras instituições de crédito	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140

x) Risco cambial (IFRS 7)

A EUROFACTOR assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos e passivos (justo valor e fluxos de caixa).

A prevenção de riscos de liquidação das operações cambiais, faz parte do manual de controlo interno da EUROFACTOR e preenche os princípios e recomendações da Instrução nº 72/96 do Banco de Portugal.

Não existem riscos cambiais significativos na atividade de crédito desenvolvida pela EUROFACTOR. De facto, por normativo interno, está vedada a realização de qualquer operação de crédito ou de cobertura de risco de crédito que comporte riscos cambiais.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos categorizados por tipo de moeda, em que a Sociedade estava exposta a risco de flutuações de taxa de câmbio. Os montantes apresentados na tabela abaixo, são os valores de balanço dos ativos e passivos convertidos à taxa de câmbio das datas de balanço.

31 de Dezembro de 2013					
	EUR	GBP	USD	DKK	Total
Ativos					
Caixa	769	309	-	-	1.078
Disponibilidades em O.I.C.'s	679.824	487.655	323.238	-	1.490.717
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	204.423.816	5.365.793	6.148.332	381.615	216.319.555
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	53.407	-	-	-	53.407
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	6.498	-	-	-	6.498
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	927.929	-	-	-	927.929
Outros Ativos	1.652.266	-	-	-	1.652.266
Total do Ativos (a)	207.745.508	5.853.757	6.471.569	381.615	220.452.450
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	151.257.330	4.835.184	5.951.846	323.389	162.367.749
Provisões	1.439.054	47.822	61.270	3.816	1.551.961
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Outros passivos	29.658.089	1.063.677	706.499	37.218	31.465.483
	182.354.473	5.946.682	6.719.615	364.423	195.385.193
Capital próprio					
Capital	14.000.000	-	-	-	14.000.000
Outras reservas e resultados transitados	7.810.327	-	-	-	7.810.327
Resultado do exercício	3.256.930	-	-	-	3.256.930
	25.067.257	-	-	-	25.067.257
Total do Passivo e Capital próprio (b)	207.421.730	5.946.682	6.719.615	364.423	220.452.450
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2013 [(a)-(b)]	323.778	(92.925)	(248.045)	17.192	-
Exposições extrapatrimoniais	54.256.791	679.332	717.130	-	55.653.254
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	240.566.061	9.201.993	3.431.560	216.248	253.415.862
31 de Dezembro de 2012					
	EUR	GBP	USD	DKK	Total
Ativos					
Caixa	1.025	309	-	-	1.334
Disponibilidades em O.I.C.'s	4.672.729	870.578	867.340	-	6.410.646
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	167.996.589	5.996.419	8.630.042	302.227	182.925.277
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	37.120	-	-	-	37.120
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	4.392	-	-	-	4.392
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	787.864	-	-	-	787.864
Outros Ativos	1.536.464	-	-	-	1.536.464
Total do Ativos (a)	175.037.184	6.867.306	9.497.382	302.227	191.704.098
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	127.609.149	5.990.701	8.489.000	261.290	142.350.140
Provisões	1.125.968	57.884	35.658	3.022	1.222.532
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Outros passivos	27.483.744	1.063.671	1.744.269	29.415	30.321.099
	156.218.861	7.112.256	10.268.927	293.727	173.893.771
Capital próprio					
Capital	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	5.845.622	-	-	-	5.845.622
Resultado do exercício	1.964.705	-	-	-	1.964.705
	17.810.327	-	-	-	17.810.327
Total do Passivo e Capital próprio (b)	174.029.188	7.112.256	10.268.927	293.727	191.704.099
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2012 [(a)-(b)]	1.007.996	(244.950)	(771.545)	8.499	-
Exposições extrapatrimoniais	35.053.499	414.090	1.001.484	-	36.469.073
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	267.441.283	8.577.204	3.008.022	295.636	279.322.145

y) Análise de sensibilidade ao risco

A atividade da Sociedade é sobretudo sensível às variações das taxas de juro, tanto pela via do financiamento como pela do refinanciamento. Face à variação de mais/menos de 0,1% na taxa de juro, os efeitos médios na conta de resultados em 31 de dezembro de 2013, seriam os seguintes:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Parâmetros implicados na análise:		
- Taxa de referência	Euribor 3 M	Euribor 3 M
- Refinanciamento em "Outras instituições de crédito"	162.367.749	142.350.140
- Financiamento a clientes	192.564.391	159.892.418
- Tempo médio de realinhamento de taxas em "Crédito a clientes"	1 Mês	1 Mês
Efeitos nos resultados:		
a) Subida das taxas de juro	0,10%	0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	13.531	11.863
a) Descida das taxas de juro	-0,10%	-0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	(13.531)	(11.863)
% do efeito na variação do Resultado Líquido (+ / -)	<u>1,25%</u>	<u>1,09%</u>

z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização

a) Montante das remunerações atribuídas no exercício:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
- ao Conselho de Administração	0	0
- ao Fiscal Único	22.000	22.000

b) Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros do órgão de administração e de fiscalização: Não aplicável;

c) Montante de adiantamentos e créditos e compromissos assumidos por conta do Conselho de Administração e do Fiscal Único a título de garantia de qualquer espécie: Não aplicável.

aa) Transações com partes relacionadas

Entidade	Descrição	31-12-2013		31-12-2012	
		Balanco		Balanco	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
LCL	Disponibilidades	-	-	28.647	-
CAL&F	Recursos de Instituições de Crédito	-	40.000.000	-	80.000.000
	Juros a pagar	-	10.771	-	14.364
CA-CIB(e)	Disponibilidades	305.657	-	871.787	-
Crédit Agricole	Disponibilidades	105.009	-	36.675	-
	Recursos de Instituições de Crédito	-	121.951.528	-	60.801.594
	Juros a pagar	-	33.453	-	11.785
CAL&F	Comissões a receber	25	-	-	-
	Comissões a pagar	-	13.663	-	278
	Comissões a pagar (St. By Letter)	-	25.889	-	27.953
	Custos diversos a pagar	-	144.761	-	223.767
Eurofactor Espanha	Comissões e receber	10.971	-	2.953	-
	Comissões a pagar	-	36.731	-	7.439
Eurofactor Outros(b)	Comissões e receber	3.325	-	3.113	-
	Comissões a pagar	-	16.114	-	6.536
Total em balanço		424.986	182.232.911	943.176	141.093.716
		Extrapatrimonial		Extrapatrimonial	
Crédit Agricole	Linhas de crédito	-	142.000.000	-	70.000.000
CAL&F	Linhas de crédito	-	40.000.000	-	-
	Stand-by letters	-	43.000.000	-	51.500.000
Total em Extrapatrimonial			225.000.000		121.500.000
		Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
		Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
Crédit Agricole	Juros de empréstimos	464.641	-	304.969	-
CAL&F	Juros de empréstimos	655.509	-	1.778.111	-
	Comissões (St.-By Letters)	53.589	-	57.017	-
	Comissões diversas	14.027	-	118.479	13.046
	Custos/Proveitos diversos	178.678	-	444.454	-
Eurofactor Espanha	Comissões diversas	90.047	17.326	99.376	31.832
Eurofactor Outros(b)	Comissões diversas	111.466	2.109	76.639	4.081
Total na Demonstração de Resultados		1.667.968	19.435	2.880.045	48.958

(a) CA-CIB em Espanha e Inglaterra; (b) Filiais na Alemanha, Bélgica e Itália.

ab) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	31-12-2013	31-12-2012
Numerário	1.078	1.334
Disponibilidades sobre outras instituições de crédito:		
Depósitos à Ordem	1.490.717	6.410.646
	1.491.795	6.411.980

ac) Consolidação de contas

As contas da Sociedade são consolidadas nas contas do CAL&F, S.A.. As contas do CAL&F, SA podem ser obtidas diretamente na sua Sede, 12 Place des Etats-Unis - 92120 Montrouge – Paris (France).

Diretora Financeira

Martinha MARTINS

Martinha Martins

O Conselho de Administração:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Olivier René FLEURANT



contactos internacionais

Eurofactor - Alemanha
Bajuwarenring 3
D-B2041 Oberhaching perto de Munique
Alemanha
Tel.: +49 89 959095-900
www.eurofactor.de

Eurofactor - Benelux
Rue du Trone 60
1050 Bruxelles
Bélgica
Tel.: +32 2 643 63 63
www.eurofactor.be

Eurofactor - Espanha
Calle Goya, nºB - 3ºB
28001 Madrid
Espanha
Tel.: +34 91 781 90 80
www.eurofactor-es.com

Crédit Agricole Leasing & Factoring - França
12 Place des Etats-Unis
92120 Montrouge
França
Tel.: +33 (0) 1 43 23 70 70
www.ca-leasingfactoring.com

Eurofactor - Itália
Viale Stelvio 70
20159 Milano
Itália
Tel.: +39 02 890 40 000
www.ca-commercialfinance.it

Crédit Agricole Commercial Finance - Polónia
Ul. Wallcow 11
00-851 Warszawa
Polónia
Tel.: +48 22 583 95 08
www.ca-commercialfinance.pl



contactos nacionais

Sede Lisboa
Edifício Omni
Av. Duque d'Ávila, 141, 3º dto
1050-081 Lisboa
Tel.: + 351 21 319 00 10
Fax: + 351 21 319 00 29
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt

www.eurofactor.pt

Centro Negócios Porto
Edifício Bessa Leite Offices
Rua Brigadeiro Nunes da Ponte, 114, piso 0
4150-036 Porto
Tel.: + 351 22 605 41 52
Fax: + 351 22 605 43 57
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt